

ESCOLA SECUNDÁRIA MATIAS AIRES



REGULAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS

ANEXO I

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2019-2020

1. Legislação Aplicável

1.1 Legislação Geral

Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho, que altera a carga horária da Formação em Contexto de Trabalho e das disciplinas da Componente de Formação Técnica, a partir do ano letivo 2013/2014.

Despacho nº 11886-A/2012, de 6 de Setembro, que estabelece as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, com alterações e aditamentos ao Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto de 2009, com as alterações entretanto introduzidas.

Lei nº 51/2012 de 5 de Setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro e as subsequentes alterações introduzidas pela Lei nº 3/2008, de 18 de janeiro e pela Lei nº 39/2010, de 2 de setembro.

Decreto-lei nº176/2012 de 2 de Agosto, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.

Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei nº 60/2009, de 6 de agosto.

Lei nº 60/2009, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

Despacho Normativo nº36/2007, de 8 de outubro, que regulamenta o processo de reorientação do percurso formativo dos alunos, através dos regimes de permeabilidade e equivalência entre disciplinas, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo nº29/2008 de 5 de Junho.

Portaria nº 256/2005, de 16 de março, que atualiza a classificação nacional das áreas de educação e formação.

Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 24/2006, de 6 de Fevereiro. Revogado pelo Decreto-lei nº139/2012, de 5 de Julho.

Despacho Normativo nº 102/90, de 3 de agosto, que cria os Quadros de Valor e Excelência.

1.2 Legislação Específica

Portaria nº 165-B/2015, de 3 de junho revoga os números 4 e 5 do artigo 29.º da **Portaria n.º 74 -A/2013**, de 15 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 59 -C/2014, de 7 de março.

Portaria nº 59-C/2014, de 7 de março, procede à primeira alteração da Portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro, que estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais.

Despacho n.º 6943-A/2013, de 28 de maio, que estabelece um calendário de adoção de manuais escolares para os cursos profissionais do Ensino Secundário, para o ano letivo de 2013-2014.

Portaria nº 74-A/2013, que estabelece as normas de organização, funcionamento e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que oferecem o nível secundário de educação e em escolas profissionais, nos termos definidos no Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, a desenvolver até à entrada em vigor do quadro normativo decorrente da revisão das modalidades de ensino profissionalizante para jovens.

Ofício Circular nº 16 de 9 de outubro de 2008, que aplica aos Cursos Profissionais as alterações ao Estatuto do Aluno, no âmbito do Regime de Assiduidade. REVOGADO pela Portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro

Despacho nº 14 758/2004, de 23 de julho, que define o funcionamento dos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 13 599/2006, de 28 de Junho e pelo Despacho nº 9815-A, de 19 de julho de 2012.

Portaria nº 550-C/2004, de 21 de maio, que aprova o regime de criação, organização e gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 797/2006, de 10 de agosto. REVOGADAS pela Portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro mantendo-se em vigor as portarias de criação dos cursos profissionais regulados pelas duas portarias agora revogadas até à entrada em vigor do quadro normativo decorrente da revisão das modalidades de ensino profissionalizante para jovens.

Portaria nº 709/92, de 11 de julho, que aprova o modelo de diploma dos cursos profissionais.